LEI Nº 3.230 DE 30 DE MARÇO DE 1995

"Cria o Conselho de Alimentação Escolar e dá outras providências."

FLÁVIO TONIN, Prefeito do Município de Indaiatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

CAPÍTULO I – DA FINALIDADE

Art. 1° Fica criado o Conselho de Alimentação Escolar com a finalidade de assessorar o Governo Municipal na execução do programa de assistência e educação alimentar junto aos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino fundamental atendidos pelo Município, motivando a participação de órgãos públicos e da comunidade na consecução de seus objetivos, competindo-lhe especificamente:

I – fiscalizar e controlar a aplicação dos recursos destinados à merenda escolar;

II – dar sugestões para a elaboração dos cardápios dos programas de alimentação escolar, respeitando os hábitos alimentares do Município, sua vocação agrícola, dando preferência aos produtos in natura;

III – orientar a aquisição de insumos para os programas de alimentação escolar, dando prioridade aos produtos da região;

IV – sugerir medidas aos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, nas fases de elaboração e tramitação do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do orçamento municipal, visando:

a) as metas a serem alcançadas;

b) a aplicação dos recursos previstos na legislação nacional;

c) o enquadramento das dotações orçamentárias especificadas para alimentação escolar;

V – articular-se com os órgãos ou serviços governamentais nos âmbitos estadual e federal e com outros órgãos da administração pública ou privada, a fim de obter colaboração ou assistência técnica para melhoria da alimentação escolar distribuída nas escolas do Município;

VI – articular-se com as escolas do Município, conjuntamente com a Secretaria Municipal de Educação, motivando-as na

criação de hortas, granjas e de pequenos animais de corte, para fins de enriquecimento da alimentação escolar;

VII – realizar campanhas educativas de esclarecimento sobre a alimentação;

VIII – realizar estudos a respeito dos hábitos alimentares locais, levando-os em conta quando da apresentação das sugestões para a elaboração dos cardápios para a merenda escolar;

IX – exercer fiscalização sobre o armazenamento e a conservação dos alimentos destinados à distribuição nas escolas, assim como sobre a limpeza dos locais de armazenamento;

X – realizar campanhas sobre higiene e saneamento básico no que diz respeito aos seus efeitos sobre a alimentação;

XI – promover a realização de cursos de culinária, noções de nutrição, conservação de utensílios e material, junto às escolas do Município;

XII – levantar dados estatísticos nas escolas e na comunidade com a finalidade de orçamentar e avaliar o programa no Município.

Parágrafo único. A execução das proposições estabelecidas pelo Conselho de Alimentação Escolar ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 1º Fica criado o Conselho de Alimentação Escolar - CAE, como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento do Governo Municipal na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, competindo-lhe especialmente: *("Caput" do artigo com redação dada pela Lei nº 3.915, de 4/9/2000, revogada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

I - acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar; *(Inciso com redação dada pela Lei nº 3.915, de 4/9/2000, revogada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

II - zelar pela qualidade dos produtos, em todos os níveis, desde a aquisição até a distribuição, observando sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias; e *(Inciso com redação dada pela Lei nº 3.915, de 4/9/2000, revogada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

III - receber, analisar e remeter ao FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, com parecer conclusivo, as prestações de contas do PNAE encaminhada pelo Município, nos termos da legislação vigente. *(Inciso com redação dada pela Lei nº 3.915, de 4/9/2000, revogada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

CAPÍTULO II – DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art. 2º O Conselho de Alimentação Escolar terá a seguinte composição:

I – o Secretário Municipal de Educação que o presidirá;
II – o Diretor do Departamento de Alimentação Escolar;
III – 1 (um) representante dos professores das pré-escolas municipais;
IV – 1 (um) representante dos Diretores das escolas estaduais;
V – 1 (um) representante de pais de alunos;
VI – 1 (um) representante dos trabalhadores rurais do Município;
VII – 1 (um) representante da Secretaria Municipal da Saúde: Nutricionista.
VIII - 1 (um) representante dos diretores de escolas municipais de ensino fundamental; *(Inciso acrescido pela Lei nº 3.567, de 1º/7/1998, revogada pela Lei nº 3.915, de 13/9/2000)*
IX - 1 (um) representante dos diretores de unidades escolares municipais de ensino infantil; *(Inciso acrescido pela Lei nº 3.567, de 1º/7/1998, revogada pela Lei nº 3.915, de 13/9/2000)*
X - 1 (um) representante dos supervisores de escolas municipais. *(Inciso acrescido pela Lei nº 3.567, de 1º/7/1998, revogada pela Lei nº 3.915, de 13/9/2000)*

§ 1º A cada membro efetivo corresponderá um suplente.
§ 2º A nomeação dos membros efetivos e dos suplentes será feita por Decreto do Prefeito para o prazo de 2 (dois) anos, podendo ser renovado.
§ 3º O Presidente do Conselho permanecerá como tal durante o tempo que durar sua função como dirigente do órgão de educação.
§ 4º Os representantes referidos neste artigo serão indicados por suas entidades para nomeação do Prefeito Municipal.
§ 5º No caso de ocorrência de vaga, o novo membro designado deverá completar o mandato do substituído.
§ 6º O Conselho de Alimentação Escolar reunir-se-á, ordinariamente, com a presença de pelo menos metade de seus membros, uma vez a cada bimestre e extraordinariamente quando convocado pelo seu presidente, e ou mediante solicitação de pelo menos um terço de seus membros efetivos.
§ 7º Ficará extinto o mandato do membro que deixar de comparecer, sem justificação, a 2 (duas) reuniões consecutivas do Conselho ou a 4 (quatro) alternadas.
§ 8º Declarado extinto o mandato, o Presidente do Conselho oficiará ao Prefeito Municipal para que proceda ao preenchimento da vaga.

Art. 2º O Conselho de Alimentação Escolar terá a seguinte composição: *("Caput" do artigo com redação dada pela Lei nº 3.915, de 4/9/2000, revogada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

I - O Secretário Municipal de Educação, durante o tempo que durar sua função como dirigente do Órgão de Educação; *(Inciso com redação dada pela Lei nº 3.915, de 4/9/2000, revogada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

II - O Diretor do Departamento de Alimentação Escolar, durante o tempo que durar sua função como diretor do Departamento; *(Inciso com redação dada pela Lei nº 3.915, de 4/9/2000, revogada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

III - 01 (um) representante do Poder Executivo, indicado pelo Chefe desse Poder; *(Inciso com redação dada pela Lei nº 3.915, de 4/9/2000, revogada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

IV - 01 (um) representante do Poder Legislativo, indicado pela Mesa Diretora desse Poder; *(Inciso com redação dada pela Lei nº 3.915, de 4/9/2000, revogada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

V - 02 (dois) representantes dos professores indicados pelos respectivos órgãos de classe ou similar; *(Inciso com redação dada pela Lei nº 3.915, de 4/9/2000, revogada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

VI - 02 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou Entidades Similares; e *(Inciso com redação dada pela Lei nº 3.915, de 4/9/2000, revogada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

VII - 01 (um) representante dos trabalhadores rurais do Município. *(Inciso com redação dada pela Lei nº 3.915, de 4/9/2000, revogada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

§ 1º Cada membro titular do CAE terá um suplente da mesma categoria representada. *(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 3.915, de 4/9/2000, revogada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

§ 2º Os membros e o Presidente do CAE terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez, eleitos por seus pares. *(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 3.915, de 4/9/2000, revogada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

§ 3º O exercício do mandato de Conselheiro do CAE é considerado serviço público relevante e não será remunerado. *(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 3.915, de 4/9/2000, revogada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

§ 4º Os membros do CAE serão nomeados por Decreto do Executivo. *(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 3.915, de 4/9/2000, revogada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

Art. 3º O Vice-Presidente do Conselho será escolhido por seus pares para um mandato de 2 (dois) anos que poderá ser renovado.

Art. 3º O CAE deverá receber do Município, no prazo estabelecido pelo Conselho Deliberativo do FNDE, a prestação de contas do total dos recursos recebidos à conta do PNAE, que será constituída do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira, acompanhado de cópias dos documentos necessários à comprovação da execução desses recursos. *("Caput" do artigo com redação dada pela Lei nº 3.915, de 4/9/2000, revogada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

§ 1º O CAE, no prazo estabelecido pelo Conselho Deliberativo do FNDE, analisará a prestação de contas e encaminhará ao FNDE apenas o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira a que se refere este artigo, com parecer conclusivo acerca da regularidade da aplicação dos recursos. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 3.915, de 4/9/2000, revogada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

§ 2º Verificada a omissão na prestação de contas ou outra irregularidade grave, o CAE, sob pena de responsabilidade solidária de seus membros, comunicará o fato, mediante ofício, ao FNDE. *(Parágrafo acrescido pela Lei nº 3.915, de 4/9/2000, revogada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

Art. 4º O exercício do mandato de Conselheiro será gratuito e constituirá serviço público relevante.

Art. 4º O CAE elaborará e aprovará o seu regimento interno. *(Artigo com redação dada pela Lei nº 3.915, de 4/9/2000, revogada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

Art. 1º Fica criado o Conselho de Alimentação Escolar - CAE, como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento do Governo Municipal na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, competindo-lhe especialmente: *("Caput" do artigo com redação dada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

I - acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar; *(Inciso com redação dada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

II - zelar pela qualidade dos produtos, em todos os níveis, desde a aquisição até a distribuição, observando sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias; e *(Inciso com redação dada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

III - receber, analisar e remeter ao FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, com parecer conclusivo, as prestações de contas do PNAE encaminhada pelo Município, nos termos da legislação vigente. *(Inciso com redação dada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

Art. 2° O Conselho de Alimentação Escolar- CAE será composto por 07 (sete) membros titulares e seus respectivos suplentes, a saber: *("Caput" do artigo com redação dada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

I - 01 (um) representante indicado pelo Poder Executivo; *(Inciso com redação dada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

II - 01 (um) representante dos docentes, indicado pela sua entidade de classe e 01 (um) representante dos discentes ou trabalhadores na área da Educação, indicados pelos respectivos órgãos de classe a serem escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata, sendo que um deles deverá ser representado pelos docentes e, ainda, aos discentes só poderão ser indicados e eleitos quando forem maiores de 18 anos, ou emancipados; *(Inciso com redação dada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

III - 02 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou Entidades Similares, escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata; e *(Inciso com redação dada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

IV - 02 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata. *(Inciso com redação dada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

§ 1 ° Os membros e o Presidente do CAE terão mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez, eleitos por seus pares. *(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

§ 2° O exercício do mandato de Conselheiro do CAE é considerado serviço público relevante e não será remunerado. *(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

§ 3° Os membros do CAE serão nomeados por Decreto do Executivo. *(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

§ 4° Para eleição do Presidente e Vice-Presidente do CAE, deverão ser observados os seguintes critérios: *(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

~~I - o CAE terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, eleitos entre os membros titulares, por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares, em sessão plenária especialmente voltada para este fim, com o mandato coincidente com o do Conselho, podendo ser reeleitos uma única vez;~~ *~~(Inciso acrescido pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)~~*

I - o CAE terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, eleitos entre os membros titulares, pela maioria absoluta, em sessão plenária especialmente voltada para este fim, com o mandato coincidente com o do Conselho, podendo ser reeleitos uma única vez; *(Inciso com redação dada pela Lei nº 8.562, de 24/8/2026)*

II - o Presidente e/ou o Vice-Presidente poderá (ão) ser destituído(s), em conformidade ao disposto no Regimento Interno do CAE, sendo imediatamente eleito(s) outro(s) membro(s) para completar o período restante do respectivo mandato; *(Inciso acrescido pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

III - a escolha do Presidente e do Vice-Presidente somente deverá recair entre os representantes previstos nos incisos II, III e IV, deste artigo. *(Inciso acrescido pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

~~§ 5° Fica vedada a indicação de ordenador de despesas das entidades executoras para compor o Conselho de Alimentação Escolar.~~ *~~(Parágrafo acrescido pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)~~*

~~§ 6° Quando o Município tiver mais de 100 (cem) escolas da educação básica, a composição do CAE poderá ser de até 3 (três) vezes o número de membros estipulado no caput deste artigo, obedecida à proporcionalidade definida nos incisos I a IV deste artigo, fixados através de Decreto do Executivo.~~ *~~(Parágrafo acrescido pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)~~*

§ 5º Ficam vedadas as indicações do Ordenador de Despesas, do Coordenador da Alimentação Escolar, do Nutricionista RT e do Secretário Municipal de Educação para compor o CAE, devendo essa vedação ser estendida a outras funções que apresentem proximidade ou semelhança com as atribuições mencionadas. *(Inciso com redação dada pela Lei nº 8.562, de 24/8/2026)*

§ 6º A composição do CAE poderá ser ampliada, mediante Decreto do Poder Executivo, em duas ou três vezes o número de membros, desde que obedecida a proporcionalidade definida nos incisos I a IV do caput deste artigo, nos termos do art. 18, § 6º, da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009. *(Inciso com redação dada pela Lei nº 8.562, de 24/8/2026)*

Art. 3º O CAE deverá receber do Município, no prazo estabelecido pelo Conselho Deliberativo do FNDE, a prestação de contas do total dos recursos recebidos à conta do PNAE, que será constituída do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira, acompanhado de cópias dos documentos necessários à comprovação da execução desses recursos. *("Caput" do artigo com redação dada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

§ 1º O CAE, no prazo estabelecido pelo Conselho Deliberativo do FNDE, analisará a prestação de contas e encaminhará ao FNDE apenas o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira a que se refere este artigo, com parecer conclusivo acerca da regularidade da aplicação dos recursos. *(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

§ 2° Verificada a omissão na prestação de contas ou outra irregularidade grave, o CAE, sob pena de responsabilidade solidária de seus

membros, comunicará o fato, mediante ofício, ao FNDE. *(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

Art. 4° O CAE elaborará e aprovará o seu regimento interno. *(Artigo com redação dada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

~~**Art. 5º** As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de desempate.~~ *(Revogado pela Lei nº 3.915, de 4/9/2000)* *(Revogado pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

CAPÍTULO III – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

~~**Art. 6º** O Programa de Alimentação Escolar será executado com:~~ *(Revogado pela Lei nº 3.915, de 4/9/2000, revogada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

~~I – recursos próprios do Município consignados no orçamento anual;~~ *(Revogado pela Lei nº 3.915, de 4/9/2000, revogada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

~~II – recursos transferidos pela União e pelo Estado;~~ *(Revogado pela Lei nº 3.915, de 4/9/2000, revogada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

~~III – recursos financeiros ou de produtos doados por entidades particulares, instituições estrangeiras ou internacionais.~~ *(Revogado pela Lei nº 3.915, de 4/9/2000, revogada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

~~**Art. 7º** O Regimento Interno do Conselho será baixado pelo Prefeito Municipal no prazo de 30 (trinta) dias após a entrada em vigência da presente lei.~~ *(Revogado pela Lei nº 3.915, de 4/9/2000, revogada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

~~**Art. 8º** As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta da dotação orçamentária codificada sob nº 11.02.08421882.12.3120 – Material de Consumo, no orçamento vigente.~~ *(Revogado pela Lei nº 3.915, de 4/9/2000, revogada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

~~**Art. 9º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.~~ *(Revogado pela Lei nº 3.915, de 4/9/2000, revogada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

~~**Art. 10.** Revogam-se as disposições em contrário.~~ *(Revogado pela Lei nº 3.915, de 4/9/2000, revogada pela Lei nº 5.819, de 9/12/2010)*

Prefeitura Municipal de Indaiatuba, aos 30 de março de 1995.

FLÁVIO TONIN
PREFEITO MUNICIPAL